

Gabinete do Prefeito HORÁRIO: 1
Prefeitura Municipal de Muniz Freire ASSINATURA:
Estado do Espírito Santo IDENTIFICACÃO

PROTOCOLO

Nº: 579 / 23

DATA: 10 /08 / 23

HORÁRIO: 13 20 H

PROTOCOLO

Nº: 579 / 23

DATA: 10 /08 / 23

HORÁRIO: 13 20 H

PROTOCOLO

OF/PMMF/GP/N° 449/2023

Muniz Freire/ES, 07 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Vimos encaminhar, em anexo, o Projeto de Lei nº 033/2023 com a Mensagem nº 035/2023, para apreciação desta Augusta Casa de Leis.

Sem outro particular para o momento, apresentamos na oportunidade nossas considerações.

Atenciosamente,

GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

AO:

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - ES EXMO. SR. JOSÉ MARIA BERGAMINI





PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - ES

MENSAGEM N° 035/2023

Muniz Freire/ES, 07 de agosto de 2023.

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE SENHOR JOSÉ MARIA BERGAMINI

Estamos submetendo a essa Augusta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 033/2023 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A concessão de uso consiste em contrato administrativo pelo qual a administração pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que o exerça conforme a sua destinação.

Podemos ainda afirmar que a concessão de uso pode ser definida como uma modalidade de contrato administrativo, submetido ao regime jurídico de direito público, firmado por órgão ou entidade da Administração Pública, cujo objetivo é o uso privativo de bem público.

Deste modo, o presente Projeto almeja autorizar a outorgar, por tempo determinado, mediante procedimento licitatório, à pessoa jurídica legalmente constituída, a concessão de Direito Real de Uso, para exploração com a finalidade econômica, do Centro de Comercialização de Produtos, localizado na BR-262, descrito no art. 1º do Projeto em questão.

A finalidade do Projeto de Lei nº 032/2023 é de extrema importância, pois o Centro de Comercialização de Produtos será utilizado na comercialização de diversos gêneros que são cultivados e/ou fabricados por produtores locais, constituindo assim mais uma atividade que visa gerar renda para as famílias envolvidas na comercialização.







PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - ES

Assim, a concessão de direito real de uso do Centro de Comercialização de Produtos é para o efetivo desempenho das finalidades acima elencadas, motivo pelo qual propõe-se o presente Projeto de Lei.

Por tudo isso, esperamos contar com o prestimoso apoio de Vossa Excelência e de seus pares para a aprovação do Projeto de Lei que ora enviamos.

Atenciosamente,

GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL





PROJETO DE LEI Nº 033/2023

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas legais atribuições que lhe são conferidas em Lei faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar, por tempo determinado, mediante procedimento licitatório, à pessoa jurídica legalmente constituída, a concessão de Direito Real de Uso, para exploração com a finalidade econômica, do Centro de Comercialização de Produtos, localizado na BR-262.

Parágrafo único. O bem referido no *caput* deste artigo possui as características descritas nos Anexos I e II da presente Lei.

- **Art. 2º**. Fica o concessionário autorizado a utilizar os bens móveis e imóvel pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de assinatura do respectivo instrumento.
- § 1°. O prazo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, através de Lei específica, a critério da Administração Pública, com o escopo de atender o interesse público devidamente caracterizado através de motivação expressa.
- § 2°. Transcorrido o prazo que trata o *caput* deste artigo o imóvel retornará à posse do município.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE - ES

Art. 3º. A concessionária poderá realizar no imóvel as obras e melhorias necessárias ao cumprimento da finalidade desta concessão de uso, sempre mediante prévia anuência do Município.

§ 1°. As benfeitorias realizadas pela concessionária não serão compensadas pelo Município, incorporando-se ao imóvel concedido, sem nenhum ônus aos cofres públicos.

§ 2°. Caberá à concessionária todos os ônus e encargos de conservação e manutenção do imóvel concedido.

Art. 4º. Autorizada a concessão de Direito Real de Uso para exploração, fica a concessionária obrigada:

§ 1°. Arcar com todas as despesas inerentes ao bom funcionamento dos bens outorgados, bem como fiscalizar o pronto atendimento dos produtores.

§ 2°. Conservar em perfeito estado de uso os equipamentos a sua disposição.

§ 3°. Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os bens objeto da concessão a que se refere esta Lei.

Art. 5º. As demais normas e condições desta concessão de uso serão estabelecidas na licitação e contrato.

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Muniz Freire/ES, 07 de agosto de 2023.

GESI ANTONIO DA SILVA JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL





